

UMA TRAJETÓRIA NA SÍLABA, NAS LETRAS, NA LEITURA E NA ESCRITA

ENTREVISTA COM CLÁUDIA MARTINS

***Por: Arthur Vargens**



Todos dizem que quem conversa com a professora Cláudia Martins Moreira e observa a sua espontaneidade nem imagina que ela viveu toda esta trajetória. Cláudia é professora, alfabetizadora, educadora. Brasileira, nordestina, baiana, grapiúna, nasceu em Buerarema, cidade localizada na Costa do Cacau e cresceu em Itabuna, cidade polo da mesorregião. Desde cedo, interessou-se pela leitura, pela escrita e pela alfabetização. Tornou-se alfabetizadora, oficialmente, aos 19 anos, quando começou a atuar na rede municipal de Itabuna. Em 1985, começou os seus estudos acadêmicos, ingressando sua

graduação no curso de Letras da FESPI¹. Daí, não parou mais. Logo, tornou-se uma destacada alfabetizadora da cidade, participando de mesas e rodas de discussão e sendo conhecida por suas críticas ao modelo construtivista. cursou duas especializações, uma na PUC¹ de Minas Gerais e a outra na FEB¹, e fez o seu mestrado na PUC¹ do Rio Grande do Sul. Em 2009, defendeu a sua tese de doutorado na UFBA¹, intitulada *O estatuto da sílaba na aprendizagem da leitura: um estudo comparativo entre adultos e crianças*. Cláudia Martins ainda foi professora do Colégio Estadual de Itabuna, de 1991 a 2008, e da UESC¹, de 1999 a 2010. Atualmente, é professora da educação básica na rede estadual da Bahia e Professora Titular do Departamento de Educação da UNEB¹, Campus Alagoinhas. Ao todo, são 31 anos dedicados à educação e, desses, 28 atuando na educação superior. Em sua trajetória, a alfabetização sempre foi um tema importante e a sílaba sempre ganhou destaque. É autora do primeiro artigo deste número: *B-A, ba... Quem ensina sem separar, quem aprende sem combinar?*. Cláudia Martins defende que a linguística e os estudos sobre aquisição da leitura e da escrita têm um papel de base essencial para a educação e para a formação de professores.

¹ FEB – Faculdade de Educação da Bahia; FESPI – Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna; PUC – Pontifícia Universidade Católica; UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz; UFBA – Universidade Federal da Bahia; UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

01. Quando e por que começou o seu interesse pela alfabetização?

Quando vocês me perguntam isso, eu mergulho no meu universo de construção do letramento e imagino que aí esteja a semente desse interesse. A pré-adolescente que vivia com livros embaixo do braço para onde ia, lendo, lendo muito, sobretudo poesia. E lembro também dos meus diários, minhas narrativas existenciais, minhas crônicas, sempre muito críticas, os cadernos de correspondência, as cartas... cartas de amigos, cartas de amor. Bem, talvez sejam motivações inconscientes.

Conscientemente, meu interesse pelo exercício de ensinar a ler começou no quintal da minha casa, quando eu tinha, acredito, entre 14 e 15 anos de idade e já havia decidido que seria professora. Eu era encantada pelo exercício do magistério, por isso, decidi fazer um trabalho social por minha própria conta. Morávamos num bairro de classe média baixa em Itabuna, o bairro São Caetano. Descobri que havia algumas crianças que não iam à escola por diversos motivos, outras iam e tinham dificuldade de aprender a ler. Pedi permissão a pai e mãe para montar uma escola no quintal, à sombra das árvores. Juntei esses alunos garimpados aqui e ali, e vários dias da semana tínhamos encontros em que eu exercia os ensaios de professora alfabetizadora. Lembro de um “aluno” em especial, Pelé. Tinha muitas dificuldades para aprender, e acho que estava mais interessado nos meus carinhos maternos (ele era muito carente) do que em aprender mesmo a ler (risos). Mas, acredite, tive muitos progressos com ele.

Depois dessa minha experiência no quintal de casa, exercida enquanto ainda cursava o Magistério, entrei no curso de Letras na antiga FESPI – Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, em 1985.

Já no curso de Letras, ao descobri a linguística; primeiro tive um estranhamento, depois passei a desconfiar que aquela ciência recém descoberta por mim poderia me ajudar sobre as questões de escrita infantil, fui me interessando por Piaget, Chomsky, entre outros. Ao mesmo tempo, havia sido aprovada no concurso do Município, aos 19 anos de idade, e fui contemplada com o “castigo” de ser alfabetizadora. Por que uso esse termo? Porque todos os professores fugiam da tarefa de alfabetizar. Consideravam essa tarefa muito difícil e trabalhosa. Muitos deles nem sabiam que a linguística existia (faço uma pausa para dizer que foi essa experiência que me fez propor, para disciplina de linguística, no curso de Pedagogia, que antes trazia apenas a história da linguística na sua ementa, a discussão da contribuição dessa disciplina pra a alfabetização), e talvez por isso careciam de informações sobre a escrita, sobre as características da escrita em língua portuguesa. Muitos professores clamavam por um método capaz de salvá-los desse “martírio”.

Entretanto, desde o princípio, comecei a defender que o material de trabalho que mais lhes faltava não era um método infalível. Era o conhecimento linguístico sobre as

características da escrita, sobre os processos envolvidos na aprendizagem de uma criança ao se deparar com uma tecnologia (a escrita) totalmente desconhecida. Qualquer método só daria certo se contemplasse esse problema. Com todas essas questões em mente, enquanto, para a maioria, ensinar as turmas de alfabetização era um castigo, para mim, era um presente. Ali eu tinha um laboratório permanente.

Permaneci como alfabetizadora por 7 anos. Apenas quando comecei a atuar, concluída a graduação, no Ensino Médio e na Educação Superior, foi que parei de dar aula a crianças. Entretanto, passei a estudá-las e dar formação aos professores alfabetizadores, tarefa que exerço entusiasmadamente até hoje.

Foi nesse contexto da educação municipal que passei a me destacar nos encontros pedagógicos, especialmente pela minha crítica aos cursos de formação com base no construtivismo. Sempre fui crítica ao construtivismo desde meus tenros 19 anos de idade. Observe: eu contestava o construtivismo, em plena década de 80, especificamente no ano de 87, quando ele era uma religião para os pedagogos.

Na autoridade de quem lidava com as crianças diariamente, mas, ao mesmo tempo, fundamentada na linguística, nas propostas de Miriam Lemle, de Luis Carlos Cagliari (o qual fora, depois, em 1991, meu professor na especialização em Alfabetização), eu dizia: “isso não vai dar certo”. E eu não “obedecia” as orientações da minha supervisora (risos). E o que era mais interessante era que, modéstia à parte, eu me destacava no município como uma das alfabetizadoras que mais tinha êxito com seus alunos.

Então, isso chamou a atenção da secretária de educação da época, minha hoje amiga querida, Norma Vídero. Um dia, ela pediu para me chamarem em seu gabinete. Sempre conto a ela o tanto que eu tremi naquele dia. (risos). Eu, uma simples professora de 20 anos de idade, ser chamava pela maior autoridade em educação do município no seu gabinete? Só poderia ser para reclamar da minha insubordinação. (risos). O que ela poderia querer comigo? Imaginava que eu iria receber uma advertência pela minha desobediência; então fui munida de saberes e de falas de autoridades teóricas para me defender. Ela me recebeu muito afetuosa. Disse que sabia das minhas contestações e que queria contar com minha participação em uma mesa redonda que seria composta por mim e duas outras referências em alfabetização no município, ambas donas de escola com longos anos de experiência, Rita Dantas e Leyla Apê.

Eu tinha críticas ao construtivismo, mas tinha também muitas críticas aos métodos tradicionais utilizados nessas escolas. Saí dali pensando que aquele fora meu grande castigo. Hoje entendo que foi o empurrão que me faltava. Estudei loucamente, morri de medo, mas não fugi do desafio. Naquela mesa-redonda, estava fundada a estudiosa apaixonada que sempre fui pelas questões de aquisição da escrita e seu ensino. Daí vieram os contatos com os professores Marco Antonio Oliveira, da UFMG, que tinha um estudo maravilhoso sobre a Análise de Erros, e a professora Yara Liberato, que

estudava questões cognitivas de leitura, na PUCMG, e por aí vai. Bem, a história, de lá para cá, é longa. Afinal, são mais de 30 anos desse meu interesse pela alfabetização!

02. Por que a sílaba ganhou destaque em seus estudos?

Para responder, quero convidá-los a imaginar comigo um tecido de quatro pontas. Em uma ponta, há a memória afetiva e convicta de uma professora que alfabetizou, com muito êxito, quase 100% dos seus alunos usando uma metodologia que tomava a sílaba como referencial (naquela minha experiência, não havia o conhecimento de consciência fonológica que temos hoje; usávamos as tais famílias silábicas e eu temperava com meu amor pela poesia infantil, pelas rimas, pelas músicas, quando eu ia desenvolvendo, de forma lúdica, a consciência da relação fonema-grafema nas crianças).

Na outra ponta, meu interesse pelos estudos fonológicos. Passei a estudar fonologia e procurei, na UFBA, a maior autoridade em fonologia, Elizabeth Teixeira, que era, ao mesmo tempo, autoridade em estudos de aquisição, para ser minha orientadora de doutorado. Então, minha busca pelo estudo da fonologia não é gratuito: a fonologia e, mais especificamente, a análise combinatória, é o meio para eu chegar ao estudo da sílaba, e a sílaba para o mistério da aprendizagem da escrita.

A terceira ponta é o conhecimento das características da língua portuguesa brasileira. Ao longo de todos esses anos, é unânime o reconhecimento de que a língua portuguesa, especialmente o português brasileiro, possui uma extrema regularidade silábica: os núcleos silábicos são mais marcados do que no português europeu, as estruturas silábicas são mais diversificadas do ponto de vista da sua pronúncia, entre outros; motivos pelos quais as crianças trazem uma consciência silábica desenvolvida. Entra aí também, para citar a correlação com a fala, a memória da infância do meu filho, quando, nos nossos jogos linguísticos, eu o via manipulando com tamanha facilidade as unidades silábicas da língua falada sem que jamais soubesse do que se tratava aquilo que ele dominava tão bem. Então, por que não lançar mão dessas características para ajudar as crianças a aprenderem a ler e escrever? Tudo isso que eu disse ganha ainda mais importância quando se trata de pensar na escrita que se ensina às crianças baianas. Essa nossa fala com vogais mais alongadas, com sotaque mais pausado, põe em realce, ainda mais, a estrutura silábica na oralidade. Portanto, sua correlação com a escrita só pode trazer ganhos e não perdas.

A quarta ponta do tecido tem a ver com as características da nossa escrita e o comportamento da criança enquanto escreve. Não fui eu a valorizar o estágio silábico na construção da escrita infantil. Emília Ferreiro e sua equipe demonstram, em diversos dos seus trabalhos, que, ao alcançar a hipótese silábica, a criança dá um salto irreversível para a aprendizagem da escrita. Eu defendo que o estágio silábico é quando a criança descobre o elo perdido entre a oralidade e a escrita (pois antes de entrar na

hipótese silábica ela ainda não tem consciência clara do que a escrita representa). É na correlação entre a unidade que ela conhece conscientemente, da oralidade (a sílaba), com as unidades grafemáticas que ela descobre a natureza fonográfica da escrita alfabética.

Juntando agora todas as pontas deste tecido, percebe-se que formo um todo coerente, em que aspectos afetivos, teóricos, pedagógicos e linguísticos se entrelaçam. Por isso considero uma proposta altamente coerente e ampla.

03. Você se diz muito crítica ao método construtivista. Quais as suas principais críticas?

Minha maior crítica, no início, era ao fato de, à época em que fui alfabetizadora, ver os coordenadores pedagógicos quase proibirem os professores de ensinarem usando o método das famílias silábicas (era o nome que dávamos entre nós) ou quaisquer métodos fonológicos. Eu criticava também uma concepção corrente de que as crianças aprenderiam de forma natural, apenas sendo expostas aos textos. Depois que conheci a teoria de Vygostky, então, mais ainda passei a defender o papel do adulto como mediador do conhecimento que a criança constrói sobre produtos culturais, especialmente em se tratando de uma tecnologia como a criança, que, inicialmente, o adulto domina e a criança não.

Agora seria interessante eu fazer uma ressalva. Eu nunca falo de método construtivista, porque nunca houve uma proposição de métodos pelos estudiosos construtivistas. E aí reside outra das minhas críticas. Os programas de formação de professores numa perspectiva construtivista, especialmente na década de 80, quando chegaram ao Brasil, trocaram métodos de alfabetização por teorias sobre alfabetização, deixando os professores órfãos e perdidos sem saber mais como ensinar. Lembro, com pesar, de tantas vezes que eu assisti colegas que ensinavam muito bem com métodos tradicionais, passarem a ter medo de ensinar da maneira que foi taxada veladamente como “errada”. Hoje há vários trabalhos que criticam essa maneira como o construtivismo atuou no Brasil, como o trabalho de Magda Soares² e alguns trabalhos ainda mais incisivos que consideram ter sido o construtivismo um mal desnecessário à educação, como o de Fernando Capovilla².

Então, vejo que a intuição daquela menina insubordinada tinha todo fundamento. Quando observo o baixo desempenho dos nossos estudantes em escrita e leitura atualmente, posso até não chegar ao extremo, como alguns estudiosos, de culpar

² CAPOVILLA, F. *Alfabetização no Brasil – Uma metodologia ultrapassada*. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2006/01/25/alfabetiza-o-no-brasil-uma-metodologia-ultrapassada-fernando-c-capovilla/>>. Acesso em: maio 2017.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 14-21, mar./abr., 2003.

exclusivamente o construtivismo pelas mazelas da educação, mas acredito que não houve uma contribuição significativa dessa teoria para orientar a prática dos professores no sentido de melhorar o desempenho em escrita e leitura dos estudantes brasileiros.

Há ainda alguns aspectos mais pontuais em que discordo da teoria construtivista como inadequadamente apropriada para discutir fenômenos que são eminentemente linguísticos. As principais que me vêm à mente são: a) desconsiderar a relação estreita e necessária entre oralidade e escrita na criança; b) ignorar as características de cada sistema de escrita como interveniente no processo de aprendizagem; c) não diferenciar os processos envolvidos na aprendizagem da leitura dos processos envolvidos na aprendizagem da escritura, entre outros. Para uma leitura mais pontual dessas críticas, sugiro a leitura de um artigo que publiquei na Revista *Linguagem em Discurso*³, sob o título *Os estágios de aprendizagem da escritura pela criança: uma nova leitura para um antigo tema*. Está disponível online. O meu livro, que será publicado em outubro deste ano, também traz alguns desses aspectos.

04. Apesar disso, você acha que o método construtivista tem pontos positivos? Quais?

Veja bem, aqui é necessário retomarmos uma questão que tem mais a ver com a semântica do termo construtivismo. Existe um costume, no Brasil, de usar o termo construtivismo para referir-se a determinadas escolhas metodológicas mais afinadas com uma teoria naturalista, que dão pouca ou nenhuma relevância à instrução explícita no ensino escolar, daí vem o termo construtivismo – a criança construindo autonomamente sua aprendizagem.

Quando falo que sou crítica ao construtivismo, estou me referindo a essa apropriação pedagógica da teoria, que gerou uma série de recomendações do como ensinar. Assim, repito, não conheço um método construtivista propriamente dito. O senso comum costuma usar esse termo, mas eu me nego a usá-lo. Agora, se quiserem saber se, para mim, há pontos positivos da teoria sobre alfabetização desenvolvida por Emília Ferreiro e sua equipe, te direi que há muito mais pontos positivos do que negativos.

Sua teoria de aprendizagem da escrita respeita a criança como sujeito ativo do conhecimento. É uma teoria do conhecimento, no sentido amplo. Sua exposição sobre as etapas de evolução da escrita pela criança é extremamente sofisticada e explicativa e, se bem interpretada, traz muitas contribuições para pensar essa aprendizagem e ajudar o professor a elaborar uma metodologia que respeite as etapas de evolução infantil. As concepções a respeito da evolução do conceito de palavra pela criança é altamente eficiente e, para mim, o ponto alto da teoria. Há ainda outros aspectos, mas esses foram

³ MOREIRA, C. M. Os estágios de aprendizagem da escritura pela criança: uma nova leitura para um antigo tema. *Linguagem em (Dis)curso*, v.9, n.2, maio-ago.2009.

os que me vierem à mente no momento.

05. O que é o método Paulo Freire? Por que você afirma que ele é eficaz?

O método Paulo Freire é uma proposta extremamente simples, utilizada pelos movimentos populares para alfabetização de adultos. Não entrarei em detalhe sobre cada etapa para ser mais objetiva. O que quero destacar aqui é o fato de que o método de alfabetização utilizado por Paulo Freire, tão elogiado pelos pedagogos em geral, é um método basicamente silábico. Mas, para não ter que admitir que Paulo Freire, o patrono da educação nacional, usou eficientemente um método fonológico para alfabetizar adultos, muita gente omite essa informação.

Então, não preciso ir mais longe. Enquanto filosofia de ensino, o método é eficaz porque procura trazer elementos do contexto imediato dos adultos, porque se utiliza de palavras “geradoras” próprias do universo do sujeito de aprendizagem; enquanto método linguístico, utiliza uma orientação fonológica e lança mão das regularidades silábicas do português falado para correlacionar com as estruturas silábicas na escrita. Por isso o método foi e continua sendo eficaz. E simples. A genialidade parece ser parceira da simplicidade.

06. Você foi professora da UESC, no eixo Ilhéus-Itabuna, foi pós-graduanda da UFBA e, hoje, é professora da UNEB, campus Alagoinhas. O que a vivência em três diferentes universidades da Bahia trouxe para sua formação e para sua visão sobre a universidade na Bahia?

Para responder essa pergunta, é preciso falar de minha passagem pela PUC do Rio Grande do Sul e pela PUC de Minas Gerais (com a influência de estudiosos da UFMG no início da minha carreira). Sempre fui uma estudiosa inquieta e em busca de desafios, sempre procurei fugir do lugar-comum e da produção intelectual endógena.

Ao falar da minha escolha pela PUCRS, eu faço também um pouco de crítica à maneira como os estudos linguísticos vem caminhando na Bahia. Por que tive que ir para Porto Alegre fazer meu mestrado? Porque eu queria ser psicolinguista, porque eu queria fazer um trabalho com abordagem sociocognitivista. E não havia, na Bahia, ninguém trabalhando com isso na década de 90.

Sabemos que, em todas as áreas do conhecimento, a Bahia se destaca pela ênfase dada às abordagens sociais, históricas e culturais. Isso é motivo de orgulho para nós. Entretanto, sempre sonhei com um ensino superior que estimulasse o fomento a pesquisas nas mais diversas abordagens. E até hoje venho defendendo isso na Universidade (antes na UESC, hoje na UNEB).



Então, a universidade que eu sonho e pela qual eu luto é aquela que abriga as diversificadas áreas da linguística: estudos etnolinguísticos, sociolinguísticos, filológicos, de análise de discurso; mas também estudos psicolinguísticos, neurolinguísticos, de aquisição da linguagem, de aquisição da leitura. Apenas o fomento à diversidade de pesquisas promoverá a tão conclamada transdisciplinaridade. Entretanto, o que observo são estudos limitados a determinadas áreas e pouco espaço para as áreas menos tradicionalmente baianas. Nesse sentido é que destaco a teimosia da Profa. Elizabeth Teixeira em estimular os estudos de aquisição da linguagem numa vertente psicolinguística. Nós, psicolinguistas baianos, devemos muito à Profa. Beth Teixeira. E eu que trabalho com aquisição de escrita e leitura, caso não houvesse ela me abraçado e me acolhido na UFBA, teria que continuar procurando o Sul e Sudeste do Brasil para dar continuidade a minha formação. A esse respeito, é importante que se registre: a minha tese, segundo ela, foi a primeira sobre aquisição da leitura que ela orientou. Então poderíamos dizer que foi o primeiro trabalho de aquisição da leitura feito por uma baiana, no território baiano, sob a tutela de uma universidade baiana.

Quanto à relação entre a UESC – onde passei a maior parte da minha vida, com 4 anos como estudante, mais 20 como professora – e a UNEB, eu diria o seguinte: a UESC me inaugurou intelectualmente na vida. Lá aprendi o exercício da pesquisa, do ensino, da militância sindical, da formação de professores. Foi a UESC que abriu as portas da ciência para mim. Nos meus dois cursos de especialização eu tive ajuda financeira ou logística da UESC. Meu mestrado, no Rio Grande do Sul, foi promovido pela UESC. Meu doutorado na UFBA foi com a aprovação e bolsa da UESC. Então, sempre que sou convidada para dar alguma contribuição à UESC, digo sim. Às vezes, se há contingenciamento, vou com meus custos, mas vou.

Acabei de receber informação de que minha licença sabática foi aprovada e irei iniciar um trabalho de pesquisa sobre ensino da leitura envolvendo os professores da Rede Municipal de Ilhéus. Qual instituição abrigará minha pesquisa? A UESC. Estarei, durante seis meses, sob a tutela da Profa. Rosenaide Reis Ramos, do Departamento de Educação, desenvolvendo meu trabalho por lá. Participarei de atividades de ensino, pesquisa, extensão e coorientação de mestrado na instituição durante este período. Também lançarei lá, no mês de outubro, meu livro *A sílaba na alfabetização de crianças e adultos*, que será publicado pela Editora Appris, de Curitiba. Farei um lançamento em Salvador e outro lá na região, porque me sinto na obrigação de dar um retorno aos meus ex-professores (inclusive o prefácio do livro é feito pelo meu ex-professor, meu pai intelectual Ruy Póvoas), ex-colegas, ex-alunos, ex-orientandos sobre o trabalho que

venho desenvolvendo em pesquisa, que é uma continuidade de tudo que começou lá.

Resta entender porque estou na UNEB. Inicialmente por um acaso. Por questões pessoais, decidi continuar vivendo em Salvador depois que concluí o doutorado; portanto, a única forma de fazer isso era conseguindo uma transferência para a UNEB de Salvador. Como não havia vaga na capital, sugeriram-me um município o mais próximo possível de Salvador, para facilitar meu deslocamento. Então, Alagoinhas foi minha opção. Mas, como na música de Titãs, o acaso me protegeu. Em Alagoinhas eu conheci o fazer científico unebiano. Um fazer sem estrelismo, sem grandes vaidades, algo tão raro no ambiente universitário. O professor da UNEB é um eterno nômade neste imenso estado. A gente não se sente professor de uma cidade. Ensinar na UNEB nos coloca em conexão com a Bahia inteira, com todos os territórios de identidade. Talvez seja essa característica que faz da UNEB uma universidade popular. E essa forma de fazer educação superior é totalmente conectada com minha maneira de estar no mundo e de fazer educação.

07. Da mesma forma, você também foi professora do município de Itabuna e hoje é professora do Estado da Bahia, em Salvador. O que essa experiência te diz sobre a educação básica na Bahia?

Bem, acho que a conexão da minha atuação no município com a professora e pesquisadora que sou ficou claro no início desta entrevista.

No tocante aos demais aspectos, há tanto a refletir sobre a Educação Básica na Bahia! Há tantos problemas a apontar! Entretanto, é importante dizer que os problemas são iguais aos do Brasil como um todo. Referindo-me à educação pública, um dos aspectos que me chama a atenção é o fazer desarticulado entre Educação Fundamental no 1º Ciclo (responsabilidade dos municípios), Educação Fundamental no 2º Ciclo (município e/ou Estado), Ensino Médio (Estado) e Educação Superior (Estado e União).

Sinto uma necessidade extrema de que possamos nos unir mais para planejar todas essas etapas da escolaridade dos nossos estudantes, de maneira que eles possam seguir aprendendo de forma progressiva; atribuindo-se, no que tange ao ensino do português, os saberes linguísticos básicos e as competências necessárias para cada etapa da sua evolução escolar.

A garantia do desenvolvimento das habilidades de falar, ouvir, ler e escrever, as quais devem ser realizadas pelos professores de língua portuguesa, muitas vezes não tem sido levada a cabo de forma plena em nenhuma dessas etapas. Assim, urge encontrarmos alternativas para que a educação superior do estado possa amparar a formação desses professores, ajudando-os a organizar sua didática de maneira que o ensino se torne menos repetitivo e menos desestimulante; mais propositivo e mais progressivo. Todavia, para que tudo isso ocorra, é necessário o agenciamento da gestão

da educação estadual no sentido de promover políticas públicas de educação na Bahia que primem por qualidade e não apenas por quantidade, por resultados numéricos.

08. Existe diálogo entre sua atuação como professora universitária e sua atuação como professora da educação básica? O que estar nesses dois lugares da educação traz como benefício para sua trajetória?

Quanto ao meu vínculo como professora do Ensino Médio há três aspectos com quais irei resumir minha resposta.

Primeiro, estar no lugar de professora da Educação Básica me dá uma autoridade como pesquisadora em linguística aplicada que poucos pesquisadores têm; ou seja, tudo que escrevo ou falo a respeito do ensino do português não se limita a uma visão teórica de uma estudiosa de gabinete. É o resultado do diálogo permanente que promovo entre a professora que está na sala de aula e a pesquisadora que se afasta da sala para ver à distância: sendo eu mesma em ambos os espaços, creio que posso dar contribuições significativas ao ensino do português, sem dar exclusividade nem à teoria sem práxis, nem à prática destituída de conhecimento científico.

Em segundo lugar, estar no lugar de professora do ensino médio facilita minha capacidade junto a meus alunos de licenciatura em Letras, de articular as disciplinas que ensino – seja na graduação, seja no mestrado – com a realidade da sala de aula. Além disso, minha paixão pelo ensino da língua materna na educação básica, minha alegria do trabalho com meus adolescentes (maiores sujeitos da saudade que terei da Educação Básica) muitas vezes inspiram meus alunos a quererem estar naquele lugar que é a sala de aula da Educação Básica.

O terceiro ponto é que estar neste lugar me faz reforçar diariamente a necessidade de convivência ética e respeitosa da universidade com a educação básica, evitando, por exemplo, a realização de pesquisas que tratem os professores e alunos como cobaias; além de rechaçar o discurso de culpabilidade dos atores universitários contra os professores da educação básica. O exercício da empatia profissional é permanente no meu fazer como professora universitária que prepara os estudantes para serem professores.

09. Quais os principais desafios para a alfabetização na Bahia?

Os desafios são de todas as ordens, políticas, sociais, pedagógicas, linguísticas. Mas, para manter meu escopo de estudo, prefiro me ater aos desafios linguísticos porque já me trazem matéria suficiente para pensar meu fazer como pesquisadora e como formadora de professores.

Uma pergunta que sempre nos fazemos nas minhas discussões com os professores é: que língua escrita devo ensinar? A língua padrão exclusivamente? Ou devo dar espaço a outras escritas não-padrão possíveis? Num momento em que cada vez mais se dá relevância à produção literária e cultural que foge aos cânones, como posso repensar meu fazer como alfabetizadora no sentido de definir onde entrarão as escritas “marginais”? É uma questão linguística, mas que é também literária, social, política, porque leva em conta os diversos letramentos aos quais os sujeitos estão expostos. Então essa é uma questão que me tenho feito, que tenho feito aos professores que formo. Qual o lugar das escritas marginais no processo de ensino da alfabetização escolar? Ainda não tenho resposta para isso. Estamos em busca. É um desafio legítimo.

Num momento em que sujeitos de todas as classes sociais têm tido acesso a textos multimodais, pergunto-me também em que momento e como entraria o ensino multiletrado, que implicaria o letramento visual, digital, cartográfico, entre outros, na escola da educação infantil?

Outra preocupação que me acompanha desde sempre é o fato de que as orientações que são oferecidas aos professores pelas políticas de alfabetização, a exemplo do PNAIC, PACTO Bahia, TOPA, serem orientações nacionais sem uma necessária atenção aos aspectos sociolinguísticos. Se já ensinamos uma escrita que é evidentemente muito distante da língua falada, mais distante ainda são essas orientações – construídas, quase sempre, no Sudeste por estudiosos daquela região – baseadas numa fala que não é a do povo nordestino, e do baiano em especial. Isso certamente compromete o desempenho das crianças na aprendizagem da escrita e da leitura. Assim, outro desafio seria propor uma orientação aos alfabetizadores que possa contar com a *expertise* dos linguistas da nossa região na construção das políticas de alfabetização na Bahia.



* As fotos exibidas nesta publicação foram cedidas pela entrevistada e editadas pela comissão executiva.